

CONFIANÇA NOS OUTROS E DIÁLOGO¹

TRUSTING OTHERS AND DIALOGUE

Waldomiro J. Silva Filho²

“My view is that *we* can be rational, but you cannot and I cannot.”
John Hardwig, 1973.

Resumo: Neste artigo, examino a defesa de Hardwig da dependência epistêmica e da confiança, concordando com sua crítica ao individualismo epistemológico e sua proposta de reformular nossa concepção de crenças justificadas e indivíduos racionais. Também apoio sua visão de que determinado conhecimento pertence a uma comunidade humana e não a um agente epistêmico individual. No entanto, amplio as implicações de sua defesa da confiança, inerente à noção de dependência epistêmica. Argumento que a confiança deve ser explorada além das relações testemunhais e dos exemplos limitados ao conhecimento científico. De acordo com as próprias intuições de Hardwig, o conhecimento não é apenas algo que compartilhamos, transmitimos ou recebemos; ele pode ser resultado de uma *agência conjunta*. O exemplo mais claro dessa agência conjunta é encontrado no diálogo ou na conversa. Além disso, o conhecimento compartilhado tem um valor epistêmico que ultrapassa o acúmulo de informações individuais. Em um diálogo genuíno, os participantes disputam perspectivas e revisam suas crenças, o que resulta em um conhecimento mais robusto e bem fundamentado, essencial para abordar questões complexas em que as perspectivas individuais podem ser insuficientes. Para me aprofundar, exploro a noção de “diálogo entre iguais” de Hardwig (1971) no contexto de problemas morais. A aplicação desse conceito a questões epistemológicas oferece uma estrutura valiosa para entender como os agentes epistêmicos podem chegar coletivamente ao conhecimento e resolver desacordos. Proponho que o conhecimento obtido por meio do diálogo cooperativo não apenas complementa, mas também transcende as limitações do conhecimento individual, afirmando que a confiança e a dependência epistêmica são cruciais tanto para a transmissão do conhecimento quanto para sua criação e manutenção colaborativas em uma comunidade epistêmica.

Palavras-chave: dependência epistêmica, confiança, diálogo-conversação

¹ Este texto é um dos produtos da pesquisa “Conversa e Investigação: Uma Epistemologia Não-Reducionista da Conversação” (Bolsa CNPq-PQ, proc. no. 308967/2022-4). Agradeço a Leonardo Ruivo pelo incentivo e pelo vasto material bibliográfico sobre “dependência epistêmica” que ele me fez ter acesso. Isso teve um grande impacto na minha pesquisa atual, abrindo um novo horizonte de temas de investigação. É uma norma que também na filosofia, assim como na ciência, *dependemos* da colaboração de colegas. Eu agradeço as correções e sugestões do parecerista anônimo; seus comentários e críticas contribuíram de modo decisivo para esclarecer pontos e melhorar o argumento.

² Professor Titular de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e Pesquisador do CNPq (Produtividade em Pesquisa), realizou estágio como “visiting scholar” no Department of Linguistics and Philosophy do MIT (Cambridge, Mass., Estados Unidos) no biênio 2015-2016 com bolsa do Programa Estágio Sênior no Exterior da CAPES; foi “Visiting Professor” na Universität zu Köln (Colônia, Alemanha) entre 2017-2018. Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1989), com Pós-doutorado no Departamento de Filosofia da Harvard University (Cambridge, Mass., Estados Unidos) em 2009-2010 e na Purdue University (Indiana, Estados Unidos) em 2002-2003. E-mail: waldojsf@ufba.br.

Abstract: *In this article, I examine Hardwig's defense of epistemic dependence and trust, agreeing with his critique of epistemological individualism and his proposal to reformulate our conception of justified beliefs and rational individuals. I also support his view that certain knowledge belongs to a human community and not to an individual epistemic agent. However, I extend the implications of his defense of trust, which is inherent in the notion of epistemic dependence. I argue that trust should be explored beyond testimonial relationships and examples limited to scientific knowledge. According to Hardwig's own intuitions, knowledge is not just something we share, transmit or receive; it can be the result of joint agency. The clearest example of this joint agency is found in dialog or conversation. Moreover, shared knowledge has an epistemic value that goes beyond the accumulation of individual information. In a genuine dialog, participants dispute perspectives and revise their beliefs, which results in more robust and well-founded knowledge, essential for addressing complex issues where individual perspectives may be insufficient. To delve deeper, I explore Hardwig's (1971) notion of "dialog among equals" in the context of moral problems. Applying this concept to epistemological issues offers a valuable framework for understanding how epistemic agents can collectively arrive at knowledge and resolve disagreements. I propose that knowledge obtained through cooperative dialog not only complements but also transcends the limitations of individual knowledge, asserting that epistemic trust and dependence are crucial both for the transmission of knowledge and for its collaborative creation and maintenance in an epistemic community.*

Keywords: epistemic dependence, trust, dialog-conversation

Neste artigo eu discutirei como uma noção de “confiança” (*trust*) presente em John Hardwig (1985; 1991) pode contribuir para motivarmos um campo da epistemologia social até então negligenciado, qual seja, a epistemologia da conversação. Hardwig (1985) introduz o conceito de “epistemic dependence” para abordar as situações nas quais as pessoas precisam *confiar* nas crenças e juízos de outras pessoas para formar seu próprio conhecimento. Ele enfatiza que a dependência epistêmica é inevitável em muitos contextos, especialmente em áreas complexas do conhecimento onde é muito difícil para um único indivíduo dominar todas as informações pertinentes: “o intelecto é muito pequeno e a vida, muito curta” (Hardwig, 1985, p. 335).

Hardwig (1985) argumenta que, na ausência de “evidências” acessíveis à pessoa, o apelo a uma “autoridade intelectual” pode ser uma fonte para acreditar e conhecer. Aqui dois pontos são relevantes. Em primeiro lugar, uma pessoa pode ter boas razões para acreditar na verdade de uma proposição se tiver boas razões para acreditar que outros têm boas razões para acreditar na *crença de que p* (Hardwig, 1985, p. 336-337). Do mesmo modo, se consideramos que uma pessoa leiga em uma área de conhecimento é epistemicamente inferior a um especialista (alguém que, naquela área, possui expertise), é correto concluir que a racionalidade às vezes exige que essa pessoa precise se *abster* de confiar em seu próprio julgamento e, conseqüentemente, deixar de pensar por si (Hardwig, 1985, p. 337). Com isso, Hardwig, de um só golpe, propõe uma crítica ao “individualismo epistêmico” e sugere um novo programa para a epistemologia baseada no princípio de que “nossa racionalidade se baseia na confiança” nos outros (Hardwig, 1985, p. 349).

Neste artigo eu aceito a crítica de Hardwig ao individualismo epistemológico, sua proposta de reformular a concepção sobre o que significa ter crenças justificadas e sobre o que são pessoas racionais; eu também aceito a sua ideia de que existem conteúdos que são conhecidos por uma comunidade humana, mas não por um agente epistêmico individual. Porém, eu procuro tirar novas conseqüências da sua defesa da noção de confiança implicada na sua defesa da dependência epistêmica: para mim, é necessário explorar a confiança para além de uma relação de testemunho (quando um agente epistêmico transmite conhecimento para uma audiência) e dos seus exemplos circunscritos ao conhecimento científico. Na minha opinião, seguindo as próprias intuições de Hardwig, o conhecimento é algo que nós não apenas podemos *compartilhar* com outras pessoas, que podemos *transmitir para os* ou *receber dos* outros; nós também podemos *alcançar* o conhecimento juntos com os outros. O melhor exemplo de como podemos *alcançar* o conhecimento juntos com os outros é o diálogo ou conversação em situações de desacordo epistêmico. Para tanto, eu explorarei uma noção de “diálogo” desenvolvido pelo próprio Hardwig (1971) no contexto de problemas morais.

O artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, discuto algumas das motivações que tornaram o tema da confiança relevante para a epistemologia. Na segunda seção, apresento a noção de confiança em Hardwig (1985; 1991) e o apelo à *autoridade* e *expertise* em relação ao conhecimento científico. Na terceira seção, eu abordo o tema do “diálogo”, tal como aparece em Hardwig (1973), e estabeleço uma conexão com o tema da confiança epistêmica. Por fim, na quarta seção eu defendo que o conhecimento é um bem epistêmico que podemos *alcançar* junto com outras pessoas e um dos meios para isso é o diálogo ou conversação. A quinta seção é dedicada a uma breve conclusão.

I.

É muito conhecida a afirmação de G.E.M. Anscombe (1979, p. 1) de que “[a]creditar em alguém não é apenas um tópico negligenciado na discussão filosófica; parece ser desconhecido”. John Hardwig e vários outros filósofos, sobretudo epistemólogos, mudaram radicalmente esse cenário (Faulkner e Simpson, 2017; Simon, 2020). Entre os epistemólogos, a Epistemologia Social tem como um dos seus principais programas de investigação o tema do testemunho como fonte de conhecimento (Fricker, 1987; Coady, 1992), o que, por sua vez, estimula a reflexão sobre a importância e natureza da confiança epistêmica.

O problema da confiança, de fato, é uma questão central para a Epistemologia do Testemunho porque aborda como as pessoas adquirem conhecimento através daquilo que as outras pessoas lhes dizem, uma prática fundamental na vida cotidiana e no avanço científico. O pressuposto é perfeitamente intuitivo porque é fácil reconhecer que, ao lado da percepção, inferência e memória, grande parte do nosso conhecimento sobre o mundo vem da palavra de outras pessoas. O grande desafio da epistemologia seria entender como as crenças adquiridas através do testemunho podem ser justificadas e quais são os riscos e ameaças céticos presentes nesse meio de aquisição de bens epistêmicos. Se dependemos de informações que nós não podemos verificar pessoalmente, é de se supor que precisamos de critérios para avaliar a confiabilidade da palavra dos outros (Baier, 1986; Baker, 1987; Zagzebski, 2014; McMiler, 2017).

Uma questão prévia sobre confiança é: “Eu devo confiar?”. Os danos da desconfiança equivocada são tanto morais quanto epistêmicos e incluem destituir as outras pessoas da sua condição de portadores da capacidade de ter a verdade ou de ter a intenção de falar a verdade. Além do fato de que essa desconfiança possa carregar preconceitos de diferentes matizes ideológicas. O

principal dano é que a pessoa que não confia fica privada do conhecimento por meio de testemunho (D'Cruz, 2019; Fricker, 2007).

A epistemologia da confiança em geral, e não especificamente da confiança no testemunho (Baker 1987; Wanderer e Townsend, 2013), procura precisamente responder essa pergunta. Judith Baker (1987) explora a relação entre confiança e comportamento racional, argumentando que a confiança pode ser vista tanto como um ato racional quanto irracional. Pode ser uma resposta racional quando facilita interações sociais significativas e apoia empreendimentos cooperativos de longo prazo. Wanderer e Townsend (2013), exploram a mesma tensão acerca da dúvida sobre se é racional confiar nos outros. Para eles, a confiança pode ser racional se baseada em justificativas adequadas e na confiabilidade do interlocutor. Isso reflete a importância de um equilíbrio entre crenças e evidências na formação de confiança racional.

Annette Baier (1986), explora as complexidades e implicações filosóficas da confiança nas relações humanas e sociais, sobretudo em temas morais. Segundo ela (Baier, 1986, p. 234), a confiança é onipresente e diversificada, sendo demonstrada tanto com pessoas próximas quanto com estranhos e até mesmo adversários. Baier argumenta que a confiança é uma virtude essencial para a coesão social e para o funcionamento eficaz de diversas instituições

Baier (1986, p. 235) diferencia *confiança adequada* (*proper trust*) da simples *dependência* (em inglês “*reliance*”), destacando que a confiança adequada implica uma crença na integridade e competência da outra parte, enquanto “*reliance*”, pode existir sem essa crença. Nesses termos, confiança adequada envolve a transparência, a reciprocidade e a demonstração de boa vontade. Ela, porém, destaca que confiança implica um elevado risco assumido pela audiência em razão da sua natural vulnerabilidade a abusos e à possibilidade de traição (pois fica à mercê da boa-fé da outra pessoa). A confiança e a autoconsciência da confiança requer também consciência do risco em confiar. Para Linda Zagzebski (2014, p. 269) a confiança, “em sua forma prática, é uma atitude oposta à suspeita. Em sua forma epistêmica, é uma atitude oposta à dúvida”. Para ela, essas duas formas expressam “uma postura de aceitação da vulnerabilidade”.

Baier (1986, pp. 253-260) propõe um “teste moral” para examinar a validade das relações de confiança como uma extensão da moralidade contratualista, especialmente das suposições que limitam os contratos válidos à interdição de fraude, traição ou coação. Esse teste exige que as relações de confiança sejam capazes de resistir a uma análise consciente e crítica por ambas as partes envolvidas.

O teste moral de tais relações de confiança (...) é que elas sejam capazes de sobreviver ao conhecimento, por cada parte da relação, daquilo em que a outra parte confia para garantir sua contínua confiabilidade ou

fidedignidade. Esse teste eleva a um lugar especial uma forma de confiança, a saber, confiar nos outros com conhecimento do que há neles que nos permite confiar neles como confiamos, ou esperar que sejam confiáveis. (Baier, 1986, p. 259).

Cada parte (a pessoa que confia e a que é portadora da confiança) deve estar ciente e refletir acerca das razões sobre as quais a confiança se sustenta para garantir a persistente confiabilidade. Ao aplicar esse critério, Baier defende uma forma *forte e contratualista* de confiança que se baseia em uma compreensão clara e consciente das qualidades que tornam os outros merecedores de confiança de forma consistente. Esse tipo de confiança não é cega ou ingênua, mas informada e deliberada, refletindo um profundo reconhecimento das razões e atributos que sustentam a confiabilidade mútua.

Benjamin McMyler (2017, p. 109) também apresenta um argumento segundo o qual a confiança deve ser distinta de uma simples dependência, mesmo que ambas envolvam essencialmente a boa-fé em algo ou alguém. Ele considera alguns exemplos cotidianos que ilustram a confiança: deixar um diário fechado sobre a mesa, sabendo que o parceiro o verá; aceitar o diagnóstico do mecânico sem buscar uma segunda opinião; fechar um negócio com um aperto de mãos; seguir as instruções de um estranho; ou comprar um item que será entregue posteriormente. Esses são exemplos claros de confiança. Para ele, a diferença crucial é que, enquanto a *dependência* pode ser involuntária ou imposta, a *confiança*, implica necessariamente a disposição de uma parte em confiar que a outra agirá de determinadas maneiras. Essa disposição requer uma visão positiva sobre a outra pessoa e suas motivações.

Em outro lugar, McMyler (2011, p. 77-112) trata desse tema no cenário da epistemologia contemporânea, especialmente da Epistemologia do Testemunho. Segundo ele, o debate acerca da dependência epistêmica pode compreender os casos em que adquirir uma crença justificada e conhecimento baseados no testemunho envolve diferentes modelos de dependência. Ele destaca três modelos (McMyler, 2011, p. 77-78): “modelo evidencial” (ME), “modelo de herança” (MH) e “modelo de segunda pessoa” (MSP):

(ME): Quando uma audiência obtém conhecimento ou crença justificada por meio do testemunho de um falante, ela depende epistemicamente do falante para fornecer as evidências. Ao testemunhar que algo é verdadeiro, o falante oferece ao público uma evidência significativa que sustenta essa verdade.

(MH): Quando uma audiência adquire conhecimento ou crença justificada com base no testemunho de um falante, ela é epistemicamente dependente do falante por expressar uma crença cuja justificativa pode ser herdada pelo ouvinte. O falante, ao testemunhar a verdade de algo, transmite a justificativa que possui para sua própria crença, e a crença do ouvinte é justificada pela justificativa herdada da crença do falante.

(MSP): Quando uma audiência adquire conhecimento ou crença justificada com base no testemunho de um falante, ela é epistemicamente dependente do falante porque foi estabelecido um tipo de relacionamento entre a segunda-pessoa o público. Ao testemunhar a verdade de algo, o falante assume

uma responsabilidade epistêmica específica em relação ao público, e é essa assunção de responsabilidade que justifica a crença do público baseada no testemunho do falante.

Esses modelos divergem quanto à justificativa final ou à base metafísica da crença de uma audiência: se esta justificativa provém de um tipo específico de *evento* (um ato de alguém que serve como evidência de um fato), de um tipo específico de *estado* (uma crença de alguém cuja justificativa pode ser transmitida) ou de uma *pessoa* (um falante que mantém um tipo específico de relação com o público) (McMyler, 2011, p. 79).

De qualquer modo, está estabelecido na literatura que para muitos filósofos nossas vidas como agentes epistêmicos não podem estar dissociadas da onipresente influência do que os outros nos dizem sobre *o que é o caso* e do modo como nós outorgamos confiança a eles e àquilo que eles nos dizem.

II.

Em Hardwig (1985) a relação entre dependência e confiança é orgânica. A dependência epistêmica diria respeito a um fato comum na experiência cognitiva, quando pessoas que não têm acesso a evidências para a verdade de uma proposição ou não têm recursos para verificar informações confiam em outras pessoas para adquirir conhecimento. A confiança estaria relacionada ao ato de conferir aos outros *autoridade epistêmica* e *expertise*; o conhecimento individual frequentemente depende da autoridade intelectual e da expertise de outras pessoas. Para ele (Hardwig, 1985, p. 339, 345-346), em muitas áreas da vida cognitiva, os indivíduos não têm como ter acesso às *evidências*³ que tornam uma proposição verdadeira devido à complexidade e à especialização do assunto e, por isso, não podem verificar as informações de forma independente e autônoma. Nesses casos, é necessário apelar para o testemunho de outras pessoas e lhes outorgar *autoridade epistêmica* baseada na confiança e na credibilidade.

Este é o modo como Hardwig (1985, p. 336-337) apresenta o problema:

Suponha que a pessoa *A* tenha boas razões – evidências – para acreditar que *p*, mas uma segunda pessoa, *B*, não tenha. *Nesse* sentido, *B* não tem (ou tem razões insuficientes para) acreditar que *p*. No entanto, suponha também que *B* tenha boas razões para acreditar que *A* tem boas razões para acreditar que *p*. *B*, então, *ipso facto*, tem boas razões para acreditar que *p*? Se sim, a crença de *B* está epistemicamente fundamentada em um apelo à autoridade de *A* e à crença de *A*. E, se aceitarmos isso, seremos capazes de explicar como a crença de *B* pode ser mais do que mera crença; como ela pode, de fato, ser uma crença racional; e como *B* pode ser racional em sua crença que *p*. E nossos problemas estarão resolvidos... ou apenas começando.

³ É importante ressaltar que o termo “evidência” usado aqui tem um valor epistemológico menor do que o termo usado na linguagem cotidiana em português. Não significa “aquilo sobre o qual não repousa qualquer dúvida”, mas apenas “boas razões para acreditar”.

Para ser mais preciso, Hardwig (1985, p. 344) é ainda mais radical: *B* pode ter boas razões ou ter conhecimento que *p* sem ter razões e evidências de que *p* baseadas nas próprias competências e performances pessoais. Em muitos casos, para acreditar e para conhecer, a pessoa acredita no que o outro acredita. A autoridade epistêmica se refere à confiança na competência e na integridade daqueles que fornecem informações sobre aquilo que a pessoa não dispõe de *evidências*.

No geral, Hardwig apresenta um argumento forte. Para ele, os sujeitos do conhecimento (*knowers*) não são independentes e autossuficientes porque muito (talvez a maior parte) do que afirmam conhecer depende de informações e descobertas fornecidas pelos outros. Ele enfatiza (Hardwig, 1985, p. 348-349) que a confiabilidade do conhecimento geralmente depende mais da confiabilidade das fontes do que da evidência empírica direta da verificação pessoal e da argumentação lógica.

Com isso, Hardwig desafia o princípio de *autonomia epistêmica*, a ideia de que indivíduos devem ser autossuficientes na formação de suas crenças.

A (...) conclusão pode ser a mais palatável do ponto de vista epistemológico, pois nos permite salvar a antiga e importante ideia de que conhecer uma proposição requer a compreensão da proposição e a apresentação das evidências relevantes para sua verdade. Mas não será muito confortável para aqueles que gostam de paisagens desérticas, autonomia intelectual ou individualismo epistêmico, pois prejudica o individualismo metodológico que está implícito na maior parte da epistemologia. Acredito que ele também seja profundamente perturbador porque revela até que ponto nossa racionalidade se baseia na confiança (...). (Hardwig, 1985, p. 349).

O individualismo epistêmico, que defende a autonomia intelectual de um agente epistêmico ao utilizar apenas suas próprias capacidades intelectuais para conhecer, seria inatingível⁴. A dependência exclusivamente das próprias capacidades pode levar a uma visão limitada e parcial da realidade, uma vez que ninguém possui todas as ferramentas ou perspectivas necessárias para compreender plenamente a complexidade do mundo e ponderar sobre todas as informações relevantes.

⁴ Aqui estão presentes dois conceitos próximos, porém distintos: *autonomia intelectual* e *individualismo epistêmico*. Considerando o que se discute em epistemologia do testemunho, é possível termos um individualismo epistêmico fraco combinado com alguma dependência epistêmica, resultando no que se comumente defende enquanto reducionismo quanto à justificação do testemunho. O mesmo pode ser dito da autonomia intelectual. Ela pode ser muito forte, o que conduzirá a um individualismo forte, também, mas podemos ter um individualismo fraco com uma autonomia forte. Basta observar que o individualismo fraco preconiza que a justificação sobrevem aos elementos internos ao agente epistêmico, ainda que derrotadores possam advir de elementos que se encontram externos ao agente. Mesmo assim, a autonomia exigida do agente pode ser forte, indicando que o agente deve apenas se basear em si próprio para obter informação a respeito do mundo. Ao mesmo tempo, a pessoa pode ser moderada em sua autonomia intelectual, admitindo que parte de suas crenças sejam moldadas pelo que outras pessoas dizem e ainda assim manter um individualismo epistemológico forte, onde, ao final, o que vale para que a justificação sobrevenha seja apenas aquilo a que ela tem acesso cognitivo. Sobre esses pontos, D. Pritchard e J. Kallestrup (2012), L. Zagzebski (2012, p. 229-254) e McKenna (2023, p. 87-104). Agradeço o parecerista anônimo que me alertou para esse problema. Aqui me utilizo das suas observações.

Além disso, a colaboração com outros agentes epistêmicos permitem a correção de vieses individuais e o fortalecimento das justificativas para nossas crenças. Portanto, a concepção de que o conhecimento pode ser adquirido de forma completamente autônoma é não apenas impraticável, mas também contraproducente para o avanço do entendimento humano.

É importante destacar que John Hardwig trata da dependência epistêmica em dois cenários, a relação do leigo com o especialista e o trabalho em comunidades epistêmicas onde a colaboração e o intercâmbio de informações entre os seus membros são a regra. Vamos nos concentrar nesse segundo caso: a confiabilidade dos membros das comunidades epistêmicas “é o fundamento último de grande parte do nosso conhecimento” (Hardwig, 1991, p. 694). Hardwig parte do princípio de que a ciência é, por natureza, uma atividade epistêmica coletiva. Além disso, essa é uma área marcada pelo severo escrutínio das fontes e informações. Na prática científica ou na difusão do conhecimento científico é comum que se faça uma avaliação da competência do informante, a consistência das informações com outras fontes confiáveis e a presença de incentivos para a veracidade.

Hardwig (1991, p. 694) escreve:

Penso que o meu argumento é aplicável a muitas áreas do conhecimento. No entanto, tomarei a ciência e a matemática como paradigmas, uma vez que foram elas que forneceram os principais modelos de conhecimento para a epistemologia ocidental nos últimos 350 anos. Tentarei mostrar como e porque é que a confiança é essencial para os cientistas e matemáticos, e parto do princípio de que, se conseguir demonstrá-lo, a maioria dos epistemólogos concordará que temos de criar espaço para a confiança nas nossas epistemologias.

Na atividade científica, os agentes epistêmicos dependem do trabalho e das descobertas de seus colegas: “A especialização e o trabalho em equipe [*teamwork*] são, assim, características incontornáveis de grande parte da aquisição moderna de conhecimentos” (Hardwig, 1991, p. 696). Eu destaco esse ponto porque essa característica leva à introdução de um elemento *ético* nas performances epistêmicas: a confiança se baseia em um juízo sobre a honestidade, competência e integridade dos outros pesquisadores como algo crucial para o trabalho cotidiano e para progresso científico.

Sem confiança, a colaboração científica seria inviável e o avanço do conhecimento, impossível. A troca de testemunhos entre cientistas ou matemáticos permite integrar dados parciais produzidos por diversos pesquisadores, criando uma base sólida para justificar conclusões. Essa colaboração transforma investigadores individuais em uma equipe capaz de alcançar uma justificativa que seria inacessível a um membro isolado (Hardwig, 1991, p. 697).

Como vimos na primeira seção deste artigo, um tema recorrente nos trabalhos sobre confiança diz respeito à possibilidade da atitude de confiar epistemicamente em outra pessoa seja apenas um ato de “credulidade” (*gullibility*) (Friker, 1994) ou à possibilidade do abuso da confiança (Hardwig, 1991, p. 702). Por isso, parece ser fundamental estabelecer e manter alguma norma para garantir a credibilidade e a confiabilidade das dos agentes e das informações. Isso significa que o caráter e a integridade das pessoas que fornecem o conhecimento são cruciais para sua credibilidade. Portanto, a racionalidade de muitas de nossas crenças é influenciada não apenas por nossas próprias virtudes epistêmicas, mas também pela conduta ética dos outros.

A confiança de B em A depende dos traços de caráter de A , que inclui sua competência, sua capacidade de realizar um trabalho consciente e autocrítico. Esses aspectos geralmente requerem hábitos de autodisciplina e persistência. Para que B acredite que o testemunho de A fornece boas razões para ele mesmo acreditar em p , B deve confiar em A . Além disso, nos termos de Hardwig (1991, p. 700), A deve ser realmente digno de confiança para que seu testemunho dê boas razões a B para acreditar-conhecer em p . Em equipes científicas, a *confiança mútua* é essencial para que o resultado do trabalho esteja uma crença justificada. Se o agente epistêmico A não acredita, ele mesmo, no que ele mesmo diz para B , ainda que A conheça que p , isso não oferece ao agente epistêmico B boas razões para conhecer que p . As boas razões de B dependem não apenas do fato de que a crença de A ser verdadeira, mas que A acredite que p e o expresse isso honestamente.

III.

A guinada na epistemologia proposta por Hardwig está assentada na ideia de que as relações de confiança são o cimento da vida cognitiva dos indivíduos em uma comunidade epistêmica. Porém, essa guinada está incompleta porque ele negligenciou um dos meios mais importantes para a aquisição, formação e transmissão do conhecimento: a conversação ou diálogo.

Como vimos, dois pontos se destacam na estratégia de defesa de Hardwig da dependência epistêmica: (a) uma parte do seu argumento geral trata especificamente da relação entre uma audiência leiga e um falante especialista a quem se outorga confiança e; (b) a outra parte da argumentação é dedicada às interações internas entre membros de uma comunidade de especialistas – cientistas e matemáticos. O seu argumento se concentra nessas duas situações: uma relação assimétrica (audiência/falante) ou uma relação entre equipes de trabalho.

Hardwig (1991, p. 707) reconhece, porém, que a confiança no âmbito da atividade científica *não é* diferente de outras atividades cooperativas. Se há “confiabilidade do testemunho científico” é

porque temos a capacidade de confiar nos testemunhos dos outros como uma condição da nossa cognição humana. A confiança na ciência é um caso da ampla necessidade humana de cooperação.

Este é o ponto que eu gostaria de dar um passo para além da defesa de Hardwig na dependência epistêmica nos contextos descritos acima. Na minha opinião, é possível pensar o valor da confiança epistêmica para além da relação audiência-falante e do trabalho circunscrito a equipes especializadas.

Em Hardwig (1985, p. 342), há uma distinção entre a “conversação” de um leigo com um especialista e a “conversação entre iguais” (que não são, necessariamente, pares epistêmicos). Ele escreve (Hardwig, 1985, p. 342):

O leigo pode, em outras palavras, propor críticas e alternativas, mas racionalmente deve permitir que o especialista as elimine, pois em uma conversa com um especialista (em oposição a um diálogo entre iguais), o tribunal final de apelação racional pertence somente a uma das partes, em virtude da maior competência e comprometimento dessa parte com a investigação do assunto relevante.

Neste trecho ele introduz uma nota de rodapé onde diz que havia abordado “a lógica do diálogo entre supostos iguais epistêmicos na área do raciocínio moral” no seu artigo “The Achievement of Moral Rationality” (Hardwig, 1973, p. 171-185). A conversação entre iguais ou diálogo traça um espaço epistêmico mais amplo do que o espaço do testemunho e do trabalho de equipes epistêmicas, porém, Hardwig explora esse assunto apenas no horizonte de temas morais. Eu acredito, porém, que aquilo que ele escreve sobre “problemas morais” (sobretudo o tema do carácter da racionalidade de um indivíduo) se aplica igualmente a “problemas epistêmicos” (sobre o que torna uma crença ou uma pessoa portadora de conhecimento em contextos sociais).

A tese defendida por Hardwig (1973, p. 171) é que

... o tribunal final do apelo racional em questões morais nunca está localizado dentro dos limites das consciências individuais e, conseqüentemente, qualquer conquista da racionalidade moral ou do conhecimento de como viver inclui necessariamente um empreendimento público e cooperativo. O necessário encontro de várias pessoas para a obtenção de um relato racional do que se deve fazer eu chamo de “diálogo”. (...) o diálogo é de fato essencial para a racionalidade moral.

A racionalidade moral seria um processo que envolve muitos elementos e ultrapassa a aplicação de regras estritamente lógicas e do exercício individual e solipsista da razão. A racionalidade envolveria a consideração de contextos específicos, a reflexão sobre os valores e princípios subjacentes, mas, principalmente, a capacidade de integrar perspectivas morais (ainda que) conflitantes na interação com outras pessoas.

Opondo-se à concepção de que posse ou conquista da racionalidade é individual e de que as pessoas são, no ponto de partida “basicamente iguais em termos de racionalidade”, Hardwig (1973, p. 192) sustenta que a racionalidade é uma conquista coletiva. É porque as pessoas são heterogêneas

e diferem em suas crenças individuais que a racionalidade é o meio que nos permite viver juntos. Como afirmam Mercier e Sperber (2017, p. 7), apesar de frequentemente ser considerada um método superior para o pensamento autônomo, a razão é predominantemente uma ferramenta utilizada em nossas interações sociais. Geramos justificativas para nossos pensamentos e ações com o intuito de explicá-los aos outros e para construir argumentos que os convençam a adotar nossas sugestões. Além disso, aplicamos a razão também para avaliar as justificativas que os outros apresentam para nos convencer da verdade das suas crenças. É uma via de mão e contramão.

As diferenças de partida entre os indivíduos não são algo que deve ser evitado, pois é um ingrediente essencial da vida humana. O melhor exemplo da prática efetiva da racionalidade é precisamente a capacidade dos “desiguais” ingressarem na dinâmica de um diálogo a partir dos seus desacordos. Hardwig (1973, p. 182) escreve de modo lapidar:

O diálogo sempre começa com desacordos e, quando bem-sucedido, termina com pelo menos alguma medida de concordância. *Sem uma área de desacordos entre nós e os outros, nenhum diálogo pode surgir. Se duas pessoas tivessem pontos de vista completamente semelhantes, nenhuma delas serviria como pedra de toque para a outra*; as tentativas de comparar as crenças de uma com as da outra seriam como comprar um segundo exemplar de um jornal para confirmar a reportagem do primeiro. Há também semelhanças e unidades de opinião que antecedem a investigação mútua. Esse tipo de acordo não é a pedra de toque da racionalidade, mas sua antítese. As deficiências do acordo sem diálogo são atestadas por nossa rejeição de apelos ao consenso como evidência racional da verdade das afirmações. (Hardwig, 1973, p. 182, *itálicos meus*).

O diálogo, diferentemente dos métodos de persuasão, é um meio cooperativo de buscar a verdade e não pode ser confundido com o ato de simplesmente alcançar um consenso entre pessoas. No diálogo, o acordo (se esse for o caso) emerge de uma troca genuína de ideias a partir de desacordos legítimos, enquanto nos discursos, a relação falante-audiência é predominantemente unilateral, onde um indivíduo transmite e o outro recebe crenças. De modo geral, este tipo de comunicação unidirecional, onde o objetivo é predeterminado, não permite a revisão das ideias iniciais.⁵

Diálogos ou conversações são inerentemente abertos, pois uma investigação verdadeira deve começar sem conclusões preestabelecidas. A participação ativa e diversificada dos envolvidos, cada um contribuindo com diferentes perspectivas, resulta em conclusões que não poderiam ser previstas desde o início, enriquecendo assim o processo de busca pela verdade (Hardwig, 1973, p. 183).

Na sua epistemologia e ética da conversação, Hardwig levanta três questões:

(a) Os participantes de uma conversa baseada em desacordo estão dispostos a considerar seriamente alternativas a seus pontos de vista?

⁵ Obviamente que na relação leigo-especialista, um ouvinte pode desafiar o falante, pedir melhores razões, fazer objeções e exigir esclarecimentos, mas todo o ônus permanece sobre os ombros do falante.

(b) Eles estão dispostos a aceitar os outros como o tipo de pessoa que é capaz de ter um ponto de vista que vale a pena levar a sério?

(c) Eles estão dispostos a manter a mente aberta e, com isso, correr o risco de mudar de crença?

O diálogo, como Hardwig o entende, é caracterizado pela interação entre os participantes, onde há uma troca dinâmica de ideias e argumentos em situações de desacordo. Isso implica que os interlocutores não apenas falam, mas também devem ouvir e responder de maneira reflexiva. No decurso de um diálogo nesses termos, os participantes devem se engajar em deliberação crítica, questionando e avaliando os argumentos apresentados. Este processo de deliberação é fundamental para a construção de um raciocínio moral sólido e justificado. Hardwig (1973, p. 182-184) enfatiza a necessidade de respeito mútuo e imparcialidade no diálogo. Os participantes devem estar dispostos a considerar seriamente as opiniões dos outros, mesmo que discordem delas, e a evitar preconceitos e julgamentos precipitados. Expondo os participantes a diferentes pontos de vista, o diálogo amplia a compreensão e a sensibilidade moral.

Eu acredito que, com isso tudo, temos bons elementos para uma abordagem mais ampla da *confiança epistêmica nos outros*.

IV.

A conversação, o diálogo, o desacordo razoável, a aquisição de conhecimento através da palavra dos outros, tudo isso sempre esteve no centro das preocupações dos filósofos desde o surgimento da filosofia na Grécia Antiga. É importante reconhecer também que na filosofia contemporânea marcada pela guinada linguística há uma riquíssima produção intelectual sobre aspectos éticos (McKenna, 2012), psico-linguísticos (Clark, 1996), lógico-linguísticos (Grice, 1989) e pragmáticos (Walton, 1992) da conversação. Apesar de tudo isso, não há algo como uma Epistemologia da Conversação.

Trabalhos recentes de Sanford Goldberg (2020) e de John Greco (2021) sinalizam um interesse crescente em investigar as epistemologias da conversação. Goldberg examina como atos linguísticos do tipo asserções e testemunhos geram restrições e regulações, destacando que a conversação possui aspectos interpessoais e epistêmicos. Esses atos são racionais e cooperativos, implicando um intercâmbio de crenças sobre o mundo. Greco, por sua vez, explora a relação epistêmica entre falantes e ouvintes em intercâmbios testemunhais, a dependência epistêmica e a divisão de trabalho cognitivo, além do papel da confiança na justificação e no conhecimento testemunhal. Ele defende que a posição epistêmica de uma pessoa depende da saúde e do

funcionamento das interações dentro de uma comunidade epistêmica. Goldberg concorda, destacando que a experiência humana se caracteriza pela distribuição de tarefas epistêmicas emergentes em conversações que refletem normas cooperativas.

O termo “conversação” engloba uma vasta gama de interações que compartilham características semelhantes. De modo geral, podemos considerar a conversação tanto como uma *troca de palavras* quanto como *um diálogo* no sentido filosófico e argumentativo, conforme descrito por Hardwig (1973). A conversação como troca de palavras se refere a interações cotidianas com objetivos variados e não necessariamente alinhados: elas podem servir para entretenimento, flerte, intimidação, manipulação, fofoca, piadas, entre outros. Por outro lado, a conversação como diálogo envolve a transmissão e geração de conhecimento, frequentemente motivada por desacordos e disputas sobre a justificação de crenças, além de ser guiada pela cooperação epistêmica, curiosidade, dúvida e objetivos epistêmicos.

De fato, as nossas conversações, mesmo as mais triviais, não se formam apenas como uma sucessão de fragmentos desconexos. Para Paul Grice (1989), as conversas são caracteristicamente *agências conjuntas*, esforços cooperativos; cada pessoa que participa de uma conversação reconhece um propósito ou conjunto de propósitos comuns, ou pelo menos uma direção mutuamente aceita – ainda que possam acontecer correções e calibrações no itinerário. Grice (1989, 26) então sugere um “Cooperative Principle” que os participantes deveriam observar: *contribua para a conversação conforme o necessário, no estágio em que ela ocorre, de acordo com o propósito ou direção aceita da troca de falas em que você está envolvido*. Do mesmo modo, para Herbert Clark (1996), a conversação surge quando as pessoas usam o intercâmbio linguístico para coordenar as atividades conjuntas em que se envolvem. Nesse tipo peculiar de *uso da linguagem*, as pessoas cooperam no sentido de alcançar acordos locais no curso de cada seção e subseção, incluindo a abertura e o encerramento da própria conversa.

John Greco (2024) explora a ideia de que a categoria de *conversação* é, ao mesmo tempo, *mais ampla* e *mais restrita* do que a categoria de *testemunho*. Para ele, as epistemologias da conversação e do testemunho se sobrepõem de maneiras que precisam ser investigadas. Recorrendo à descrição de conversação de Herbert H. Clark (1996) como estrutura, Greco afirma que tanto a conversação quanto o testemunho envolvem essencialmente a *agência conjunta* (*joint agency*). A agência conjunta não se limita apenas à coordenação de ações entre indivíduos, mas envolve uma complexa rede de intenções compartilhadas e um entendimento comum entre os participantes. Esse processo é sustentado por tipos específicos de interdependência, onde cada membro da equipe depende dos outros para alcançar objetivos comuns. Tal interdependência pode incluir a *confiança*

mútua, a comunicação contínua e a adaptação às contribuições dos outros. Esses elementos são cruciais para garantir que as ações coletivas sejam eficazes e que os objetivos compartilhados sejam alcançados de maneira coesa e harmoniosa (Greco, 2021, p. 47).

Além disso, Greco argumenta que a apreciação desse ponto resolve uma disputa importante na Epistemologia do Testemunho: se os destinatários têm uma posição epistêmica especial em relação aos bisbilhoteiros ou simples observadores. A alegação defendida por Greco é que os participantes têm uma posição especial e que as etiologias da crença dos destinatários e a dos não-destinatários são diferentes. Essa diferença torna as crenças dos destinatários epistemicamente superiores porque o modelo de cooperação entre falantes e destinatários geralmente têm a consequência de tornar a crença dos participantes mais confiável, mais segura, mais bem apoiada em evidências etc.

Uma Epistemologia da Conversação deveria considerar ao menos seis pontos (podem ser outros):

(a) *a norma da conversação*: é preciso investigar se a norma da conversação deve ser redutível à norma da interação falante-audiência quando o falante deve ter a intenção de falar algo verdadeiro e o ouvinte deve entender essa intenção e se o campo teórico da Epistemologia da Conversação está contido no conjunto de problemas e conceitos da Epistemologia do Testemunho.

(b) *as motivações para a conversação*: as pessoas podem se sentir estimuladas de modo relevante a iniciar uma conversação por causa de desacordos legítimos, curiosidade sobre as crenças de um interlocutor e dúvida sobre um tema que compartilha com o interlocutor;

(c) *a conversação como meio de investigação*: a conversação pode ser um meio ou método de investigação em casos de busca intencional de bens epistêmicos, especificamente quando interlocutores acreditam que uma ação cooperativa (ou *agência conjunta*) pode os levar a alcançar a verdade, o entendimento, o conhecimento ou outro bem epistêmico;

(d) *os fins da conversação*: uma vez que o desacordo, a curiosidade e a dúvida estão entre as motivações da conversação e que os interlocutores devem ter virtudes intelectuais e evitar vícios, qualquer resultado de uma conversação realizará um bem epistêmico, seja ele qual for, como a verdade, o conhecimento, a justificação, manter a mente aberta etc. e;

(e) *os benefícios de uma Epistemologia da Conversação*: considerando os novos cenários das democracias liberais e os processos de corrosão do espaço público, uma Epistemologia da Conversação poderia contribuir para lançar alguma luz sobre eventos como a polarização (total impossibilidade de conversações), desintegração de comunidades epistêmicas, silenciamentos e injustiças epistêmicas e assim por diante.

Entrementes, considerando que o diálogo-conversação no sentido de Hardwig se dá em cenários de desacordo legítimos entre participantes desiguais, o item que integra igualmente a abordagem moral e epistemológica da conversação remete ao seguinte ponto:

(f) *as competências requeridas para a conversação*: posto que a conversação é uma agência conjunta, envolve uma performance como muitas exigências intelectuais, devemos investigar quais são as virtudes que facilitam e os vícios que obstaculizam as suas realizações epistêmicas.

É neste ponto que se impõe a confiança epistêmica. A confiança em uma autoridade ou no experto ou mesmo a confiança entre pares epistêmicos qualificados, como é o caso de comunidades de cientistas é algo estabelecido pelas próprias regras de organização do conhecimento em comunidades epistêmicas das mais simples às mais complexas. No primeiro caso, a relação entre audiência-leigo com o falante-especialista diz respeito ao modo como o conhecimento é ensinado e aprendido, especialmente acerca de informações de grande complexidade e em situações que é impossível que a pessoa tenha acesso autorizado às evidências e informações relevantes. No segundo caso, diz respeito ao cotidiano de um time de trabalho no campo da ciência, onde todos devem cooperar e evitar que seus membros quebrem a cadeia cooperativa que pode afetar todo o edifício.

No caso do diálogo o cenário se altera radicalmente. Semelhante ao *testemunho* que permite que uma pessoa forme uma crença *a partir* da palavra dos outros, a conversa é um *meio cooperativo* de formação de estados epistêmicos. Porém, diferente do testemunho, a conversação é uma situação onde as pessoas trocam e disputam informações relevantes em torno de uma proposição alvo e não há apenas a recepção de informações relevantes através da palavra dos outros. No diálogo, as assimetrias de partida em relação à posição epistêmica dos participantes devem ser necessariamente consideradas e ponderadas e, se possível, superadas.

Quando falo que a conversação pode ser um *meio de investigação*, estou afirmando que uma pessoa pode procurar a verdade, o conhecimento ou outra realização epistêmica no processo de trocas conversacionais, especialmente em circunstâncias caracterizadas por desacordos epistêmicos sinceros ou da dúvida sincera acerca do conteúdo ou da verdade de uma proposição veiculada por outrem.

É a confiança nos outros que permite que o desacordo não tenha como resultado um obstáculo que impeça o conhecimento. Como Zagzebski (2014, p. 279), meu argumento é que a confiança epistêmica não se aplica apenas a casos de testemunho, mas da resposta razoável à crença de que a confiança que temos em outras pessoas é epistemicamente semelhante à confiança que temos em relação a nós mesmos. A ideia é que se *eu confio* em minhas faculdades epistêmicas,

devo estender essa confiança às faculdades, virtudes e competências dos outros. Essa confiança não depende do que os outros dizem, mas de reconhecer que suas capacidades são comparáveis às nossas. Assim, devo atribuir aos outros as mesmas virtudes intelectuais que eu suponho ter. Ainda que, nos dois casos, possamos estar enganados, a confiança epistêmica nos outros é uma condição necessária da nossa racionalidade: por essa razão, a capacidade de ponderar e refletir sobre os riscos da confiança não são incompatíveis com o ato de confiar.

No desacordo racional eu e meus interlocutores temos posições divergentes acerca de uma proposição alvo. Aí eu contraio, de um lado, o direito legítimo de desafiar as crenças do meu interlocutor e, do outro, a obrigação de *confiar* nele e nas suas competências cognitivas – caso, é claro, eu não tenha evidências que derrotem essa confiança. Parece-me que também eu contraio, de um lado, a obrigação de aceitar que minhas crenças sejam desafiadas e, do outro, o direito legítimo de eu ser considerado um agente epistêmico confiável.

No desacordo, aqueles que têm crenças podem (em certas situações *devem*) se envolver no esforço de *apresentar as razões da sua crença* e requerer se considerado um agente epistêmico confiável. Diante do desacordo, não podemos prever, de antemão, qual será o desfecho de uma conversação em que os participantes estão comprometidos com a busca de um bem epistêmico. No contexto de um esforço cooperativo, a conversação permite que as pessoas desenvolvam, de forma racional e consciente, as melhores justificativas para acreditar em uma proposição, negar essa proposição, ou suspender o julgamento sobre ela.

Sugiro que os resultados epistêmicos esperados de uma conversação devam ser considerados da seguinte forma: independentemente do resultado específico de um diálogo entre pares que discordam, qualquer um dos resultados – seja a aquisição de conhecimento, o entendimento, a mudança ou preservação da atitude epistêmica, ou ainda a afirmação ou negação de uma proposição, ou a suspensão do julgamento – representa uma conquista valiosa *que somente pode ser alcançada através da cooperação conversacional baseada na confiança epistêmica*, e não por outros meios.

V.

Neste artigo, investiguei a defesa de Hardwig acerca da noção de dependência epistêmica e confiança. Concordei com sua crítica ao individualismo epistemológico e sua proposta de reformular nossa concepção sobre o que significa ter crenças justificadas e sobre o que constitui uma pessoa racional. Também aceitei sua ideia de que existem conhecimentos que são propriedade

de uma comunidade humana, mas não de um agente epistêmico individual. No entanto, procurei ampliar as implicações da sua defesa da confiança, inerente à noção de dependência epistêmica.

Para mim, é essencial explorar a confiança além das relações de testemunho, nas quais um agente epistêmico transmite conhecimento a uma audiência, e dos exemplos restritos ao conhecimento científico. De acordo com as próprias intuições de Hardwig, o conhecimento não é algo que apenas compartilhamos, transmitimos ou recebemos de outras pessoas; ele pode ser co-construído. O exemplo mais claro dessa co-construção do conhecimento é encontrado no diálogo ou conversação.

Adicionalmente, o conhecimento compartilhado e co-construído tem um valor epistêmico que transcende o acúmulo individual de informações. Em um diálogo genuíno, os participantes não só compartilham suas perspectivas, mas também integram suas compreensões, resultando em um conhecimento mais robusto e bem fundamentado. Esse processo colaborativo é fundamental para abordar questões complexas, onde a perspectiva de um único indivíduo pode ser insuficiente.

Para aprofundar essa ideia, explorarei a noção de “diálogo” desenvolvida por Hardwig (1971) no contexto de problemas morais. *A aplicação dessa concepção de diálogo a problemas epistemológicos oferece uma estrutura valiosa para compreender como agentes epistêmicos podem, conjuntamente, alcançar verdades e resolver dissensos.* Através dessa análise, proponho que o conhecimento adquirido via diálogo cooperativo não só complementa, mas também supera as limitações do conhecimento individual. Assim, argumentarei que a confiança e a dependência epistêmica são elementos essenciais não apenas para a transmissão de conhecimento, mas para sua criação colaborativa e sustentação dentro de uma comunidade epistêmica.

Penso que talvez pudéssemos reescrever a frase que serve de epígrafe para este artigo: quando conversamos, *nós podemos conhecer, mas você não pode e eu não posso.*

Referências

- ANSCOMBE, Gertrude Elizabeth Margaret. What is it to believe someone?. In: GEACH, M.; GORMALLY, L. **Faith in a Hard Ground: Essays on Religion, Philosophy and Ethics** by G.E.M. Anscombe. Exeter: Imprint Academic, 2008, p. 1-10.
- BAIER, Annette. Trust and Antitrust. **Ethics**, v. 96, n. 2, p. 231-260, 1986.
- BAKER, Judith. Trust and Rationality. **Pacific Philosophical Quarterly**, v. 68, n. 1, p. 1-13, 1987.
- CLARK, Herbert. **Using Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- COADY, Cecil Anthony John. **Testimony: A Philosophical Study**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

- D'CRUZ, Jason. Humble Trust. **Philosophical Studies**, v. 176, n. 4, p. 933-953, 2019.
- FAULKNER, Paul; SIMPSON, Thomas. (Eds.). **The Philosophy of Trust**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- FRICKER, Elizabeth. The Epistemology of Testimony. **Aristotelian Society Supplementary Volume**, v. 61, p. 57-83, 1987.
- FRICKER, Elizabeth. Against Gullibility. In: CHAKRABARTI, A.; MATILAL, B. K. (Eds.). **Knowing from Words**. Kluwer Academic Publishers, 1994, p. 125-162.
- FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- GOLDBERG, Sanford. **Conversational Pressure**. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- GRECO, John. **The Transmission of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
- GRICE, Herbert Paul. **Studies in the way of words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- HARDWIG, John. The achievement of moral rationality. **Philosophy & Rhetoric**, v. 6, n. 3, p. 171-185, 1973.
- HARDWIG, John. Epistemic dependence. **The Journal of Philosophy**, n. 82, n. 7, p. 335-349, 1985.
- HARDWIG, John. The role of trust in knowledge. **The Journal of Philosophy**, v. 88, n. 12, p. 693-708, 1991.
- MCKENNA, Michael. **Conversation and Responsibility**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- MCKENNA, Robin. **Non-ideal Epistemology**. Oxford: Oxford University Press, 2023.
- MCMYLER, Benjamin. **Testimony, Trust, and Authority**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MCMYLER, Benjamin. The problem of trust. In: FAULKNER, P.; THOMAS SIMPSON, T. (Eds.). **The Philosophy of Trust**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 109-128.
- MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. **The Enigma of Reason: A new theory of human understanding**. New York: Penguin, 2017.
- PRITCHARD, Duncan; KALLESTRUP, Jesper. Robust Virtue Epistemology and Epistemic Anti-Individualism. **Pacific Philosophical Quarterly**, v. 93, n. 1, p. 84-103, 2012.
- SIMON, Judith. (Ed.). **The Routledge Handbook of Trust and Philosophy**. New York: Routledge, 2020.
- WALTON, Douglas. **Plausible Argument in Everyday Conversation**. New York: SUNY Press, 1992.
- WANDERER, Jeremy; TOWNSEND, Leo. Is it Rational to Trust?. **Philosophy Compass**, v. 8, n. 1, p.1-14, 2013.
- ZAGZEBSKI, Linda. **Epistemic Authority: A theory of trust, authority, and autonomy in belief**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ZAGZEBSKI, Linda. Trust. In: TIMPE, K.; BOYD, C. A. (Eds.). **Virtues & Their Vices**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 269-283.